



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

DECRETO Nº 3.314, 20 DE DEZEMBRO DE 1989.
- Revogado pelo Decreto nº 3.462, 29-06-1990, art. 4º.

~~Dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento do Estado.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e nos termos do art. 20, item I, alínea "c", e seu parágrafo único da Lei nº 10.160, de 9 de abril de 1987;~~

~~DECRETA:~~

~~Art. 1º — Compõem o Conselho de Desenvolvimento do Estado, órgão integrante da Governadoria, na conformidade do disposto no art. 8º, item I, nº 6, da Lei nº 10.160, de 9 de abril de 1987;~~

~~I — o Governador do Estado, que o presidirá;~~

~~II — o Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação, que será o seu Secretário Executivo;~~

~~III — os Secretários de Estado da Fazenda, de Indústria e Comércio, de Agricultura e Abastecimento, dos Transportes, de Minas, Energia e Telecomunicações, de Saúde, da Educação e do Governo;~~

~~IV — 1 (um) representante de cada uma das seguintes entidades:~~

~~a) Federação das Indústrias do Estado de Goiás;~~

~~b) Federação da Agricultura do Estado de Goiás;~~

~~c) Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Goiás e Distrito Federal;~~

~~d) Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás;~~

~~V — 1 (um) representante da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Goiás;~~

~~VI — 1 (um) representante da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.~~

~~§ 1º — Os Conselheiros previstos nos itens I, II e III são natos; os demais cumprirão mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução.~~

~~§ 2º — Os conselheiros a que se referem os itens IV e V serão indicados, em lista tríplice, ao Governador do Estado.~~

~~§ 3º — O Conselheiro de que trata o item VI será o Coordenador do Escritório Regional da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste em Goiás.~~

~~§ 4º — O exercício dos mandatos dos Conselheiros será considerado serviço relevante, não lhes cabendo qualquer tipo de remuneração.~~

~~Art. 2º — Ao Conselho de Desenvolvimento do Estado compete:~~

~~I — opinar sobre:~~

~~a) política econômico-financeira do Governo e medidas de incentivo tendentes a desenvolver e fortalecer a economia do Estado;~~

~~b) política relativa à ação social do Governo, destinada a assistir, promover e desenvolver a população do Estado;~~

~~c) diretrizes gerais dos planos governamentais, programas, projetos e suas escalas de prioridade;~~

~~d) revisão e aprovação da proposta orçamentária do Governo;~~

~~e) alterações da política salarial do Governo;~~

~~f) outros assuntos ou matérias sugeridas pelo Governador;~~

~~II — aprovar os programas de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste;~~

~~III — avaliar os resultados obtidos dos programas a que se refere o item anterior.~~

~~Art. 3º — Em suas ausências e impedimentos, o Governador do Estado será substituído pelo Secretário de Planejamento e Coordenação na Presidência do Conselho.~~

~~Art. 4º—Incumbe à Secretaria de Planejamento e Coordenação prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho.~~

~~Art. 5º—Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, Goiânia, 20 de dezembro de 1989, 101ª da República.~~

HENRIQUE SANTILLO
Fernando Netto Safatle
Mário Pires Nogueira
João de Paiva Ribeiro
Glênio Magnus Monteiro Borges
Arédio Teixeira Duarte
Antônio Faleiros Filho
Jônathas Silva
Fernando Cunha Júnior

(D.O. de 27-12-1989)

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 27-12-1989.

Autor	Governador do Estado de Goiás
Órgão Relacionado	Conselho de Desenvolvimento do Estado de Goiás
Categoria	Planejamento e desenvolvimento regional